



FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS NA FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA E DA GEOPOLÍTICA

Waldir da Costa Godolphim

Coronel R1 de Artilharia, possui os cursos militares da Escola Militar do Realengo, de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. E também diplomado pela Escola Superior de Guerra e formado em Direito pela faculdade de Direito de Juiz de Fora, tendo realizado ainda o curso de Relações Internacionais nos Estados Unidos (Universidade de Kansas).

Foi redator da edição brasileira da Military Review (Estados Unidos), Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, representante do EMFA na Fundação IBGE e diretor da Biblioteca do Exército.

Dentre os cargos civis que ocupou destacam-se os de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, Membro da Comissão Executora do Acordo Cartográfico Brasil-Estados Unidos, e Chefe de Gabinete do Presidente do IBGE.

Compareceu a diversos congressos sobre Geografia e Cartografia e publicou numerosos trabalhos sobre Direito Internacional, Relações Internacionais, Geografia, Geopolítica, Cartografia e Informações.

Os séculos XV e XVI formaram uma época de profundas transformações no mundo ocidental, marcado pelo desenvolvimento revolucionário dos conhecimentos científicos que, embora ainda assistemáticos, permitiram a construção de uma nova cultura, bastante diferente da que vigorara durante a Idade Média. Em virtude de descobertas científicas, viajantes e aventureiros puderam lançar-se por continentes e mares, descobrindo terras e povos e criando uma nova imagem geográfica do mundo. No campo da religião a Igreja foi sacudida por reformas e no da Filosofia, o espiritualismo patristico que predominara na Idade Média cedeu lugar a doutrinas filosóficas não religiosas mas harmonizadas com o cientismo que se instalara entre eruditos e estudiosos.

Era natural que, de par com novas e esperançosas expectativas surgidas dessa mudança de cultura, houvesse também, em maior número, duvidosos e descrentes que transmitissem ceticismo e espírito de renúncia à aparente certeza do

progresso. Ao fim do século XVI, intensificou-se esse estado de espírito alimentado com fortes argumentos colhidos da derrocada da visão do mundo e da concepção de Ciência e de Filosofia, vigorantes na Idade Média.

O avanço cada vez mais acelerado e global da investigação e do conhecimento científicos forçosamente influiu no pensamento filosófico e este se manifestou face aos novos tempos com a discussão de novos enfoques, tais como teorias do conhecimento, métodos, a investigação das realidades, o alcance e composição do Universo, a unidade da Natureza, o relacionamento entre a Filosofia e a Ciência.

Dois grandes orientações metodológicas surgiram a partir do final do século XVI, que viriam caracterizar as principais vertentes do pensamento moderno: de um lado a perspectiva empirista, proposta por Francis Bacon (1561-1626), a preconizar a busca do conhecimento pelo empirismo, isto é, pela observação e a experimentação, e, de outro lado, o racionalismo de René Descartes (1596-1650) que procurava atingir o conhecimento através da razão pura, cuja representação científica poderia ser realizada pela construção matemática.

O itinerário filosófico demarcado por essas duas vertentes, ramificou-se, da parte do empirismo, pelo materialismo metafísico de Thomas Hobbes (1588-1679) e o sensualismo de John Locke (1632-1704) e, da parte do racionalismo, pelo ontologismo de Nicolas Malebranche (1638-1715), o panteísmo de Benedito Spinoza (1632-1677) e o monadismo de Gottfried Leibniz (1648-1716). Essa multiplicação de escolas expressava em sentido lato as diferenças de concepção em relação às mesmas indagações. A pesquisa da realidade talvez fosse a principal quer se focalizasse sobre a matéria sensível ou a lógica do sujeito pensante — David Hume (1711-1776) — a proveniência de uma mente cósmica — George Berkeley (1685-1753) — a realidade ontológica e ôntica existente no ser filosófico — Malebranche — a presença de Deus em todas as coisas — Spinoza — ou a realidade monadológica — Leibniz.

A Emanuel Kant (1724-1804), após, o período em que adotou a linha dogmática de Leibniz pela qual a harmonia preestabelecida (harmonia estabelecida por Deus entre as mônadas permitindo a ação recíproca de uma sobre as outras segundo relações previamente determinadas de suas leis de desenvolvimento interno) do universo permitiria ao homem alcançar a verdade absoluta, coube conceber a sua própria doutrina, nascida do criticismo, aceitando o empirismo lógico de Hume, e empreender a crítica do espírito humano sob os aspectos da razão pura — Descartes — da razão prática — Hume — e do juízo.

Emanuel Kant foi o precursor da Filosofia geográfica e da correspondente ciência, assim como Alexander Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859) foram os fundadores e metodizadores da geografia moderna. Foi professor de Geografia Física na Universidade de Königsberg, de 1756 a 1796, apesar de ser homem exclusivamente de Gabinete. Um dos maiores pensadores da Idade Moderna, demonstrando em toda a sua obra, a sua teoria geográfica apareceu principalmente na

Introdução à Crítica do Juízo, a partir do conceito da natureza como sistema subordinado a leis universais não conhecidas e por isso orientado por leis naturais particulares oriundas da faculdade humana de estabelecê-las em presumível harmonia com aquelas leis. As leis particulares teriam de permitir a elaboração de um conceito sobre a finalidade da natureza em função da capacidade humana de conhecê-la.

A geografia física de Kant foi, portanto, concebida como sistema de base teleológica, de leis empíricas, de infinita diversidade devido à imensa heterogeneidade das formas da natureza, e da conexão sistemática dessas leis empíricas para que a crítica do juízo pudesse subsumir o particular no universal. Foi antes uma filosofia da natureza que uma geografia física, a busca da construção filosófica de um *Systhema Naturae*, exposta na "Introdução à Crítica do Juízo". Teleológica pela investigação das causas finais da natureza e pela determinação das formas da natureza, finais nelas mesmas; empírica, pelas tentativas e erros embora praticados sob juízos de valores racionais, vale dizer, o empirismo lógico; universais, pois que no julgamento de Kant permanecia subjacente às leis particulares da natureza, o princípio fundamental da finalidade mesmo que situada no supra-sensível e afastada do conhecimento da natureza possível ao homem.

O transcendentalismo surgido da crítica da razão pura formou escola filosófica estimuladora do idealismo de Johann Fichte (1762-1814), Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854) e Georg W. F. Hegel (1770-1831). A Schelling coube conduzir o idealismo para a filosofia naturalista e estendê-la à concepção do universo e da natureza, procurando a relação mútua da natureza viva com a não viva através da teoria das totalidades organizadas. A doutrina racionalista hegeliana, por sua vez, foi de tal modo absoluta que negou as próprias coisas e seres materiais, submetendo completamente o objetivo ao subjetivo. Constituiu-se o idealismo hegeliano num totalitarismo da razão, regulado pelos conceitos fundamentais do absoluto, da dialética, e da evolução. Desta última derivaram-se, mais tarde, as escolas naturalistas de Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919), a transformista de Karl Darwin (1809-1882) e a evolucionista de Herbert Spencer (1820-1903).

As escolas do naturalismo e do transformismo podem ser consideradas como aspectos particulares do evolucionismo, uma teoria geral concebida e entendida desde a antiguidade mas só no século XIX aceita como filosofia.

A teoria evolucionista foi conceituada com base na evolução das formas de manifestação da vida a partir de uma forma primeira, origem de todas as outras que, por isso, eram apenas transformações da primeira. Essa transformação gradual não se processava apenas quanto à forma vital mas também quanto às funções nela contidas que em sucessivos estágios passavam a atingir formas e funções cada vez mais complexas e completas, tendendo sempre para organizações também mais complexas e completas.

Dentro da filosofia evolucionista *in genere* e do cientismo dos séculos XVII, XVIII e XIX, o naturalismo sobressaiu como a doutrina pela qual nada existia além

da natureza física e biológica e que, portanto, os métodos das ciências naturais eram suficientes para a explicação de toda a realidade inclusive, igualmente, os processos mentais e morais.

No campo antropológico e sociológico, o naturalismo considerou a sociedade humana como uma fase mais elevada do processo evolutivo na qual se assinalava o constante progresso que levava o ser humano a alcançar formas cada vez mais superiores, pelo influxo da lei do determinismo universal. Esta concepção revelava profunda analogia entre os fatos sociais e os processos orgânicos.

Em Karl Darwin, o princípio da evolução foi enormemente reforçado assim como o princípio da transformação. Dentro do materialismo que consagrava o naturalismo e que não distinguia espírito na matéria, Darwin afirmava que todas as espécies animais e vegetais, com suas características diferenciais, não procediam de um poder sobrenatural mas uma das outras, modificadas e transformadas sucessivamente. Assim, no estado natural, tanto as espécies vegetais como animais podiam ser transformadas em outras; a transmissão dos caracteres naturais dava lugar a variedades, segundo a lei da hereditariedade, as quais, distinguindo-se cada vez mais das precedentes, acabavam aparecendo como novas espécies.

Ao princípio da evolução, ainda acrescentava Darwin o da seleção natural: as variações favoráveis do organismo conservavam-se enquanto as desfavoráveis eram eliminadas, parecendo que a natureza selecionava os indivíduos mais bem dotados. Neste ponto, a teoria darwiniana ingressou na antropologia e na sociologia: os princípios da transformação das espécies e da seleção natural favoreceram o conceito do evolucionismo biológico dentro do qual podia ser inserida a teoria do super-homem e as correspondentes doutrinas da superioridade racial.

A doutrina filosófica do evolucionismo foi fixada por Spencer, que generalizou o termo evolução para todas as ciências. Para ele, a evolução era a lei geral do universo, que compreendia a matéria, a vida, o espírito e a sociedade; a sociedade humana era um verdadeiro organismo vivo, um macro-organismo superorgânico, análogo ao organismo biológico, com sua espinha dorsal e seu sistema. Desse modo aceitou Spencer o determinismo social que, sendo supra-humano, terminava por submeter totalmente o indivíduo ao social e daí ao totalitarismo social.

Não obstante, na própria época em que florescia o culto e até mesmo a exacerbação da filosofia racionalista, baseada na natureza e no universo, e se desenvolviam as ciências físicas e naturais, surgiu também a reação romântica, como antítese daquelas concepções radicais. O romantismo caracterizou-se pela valorização do homem como fim em si mesmo, expressa socialmente pela faculdade de obedecer aos instintos e impulsos pessoais, irracionaisistas que fossem, pelo individualismo, pelo reconhecimento do conteúdo religioso e poético da vida e pelo profundo amor à natureza. O pensamento romântico afastou-se dos conceitos do racionalismo, que tudo construía através da razão pura, expressável pelo jogo das forças mecânicas e pelas fórmulas e soluções matemáticas.

Do entrechoque de todas essas idéias e doutrinas, o pensamento dos filósofos e cientistas da época mergulhou na indagação do universo e da natureza e, por extensão, na física e na metafísica. Atingiu também a posição do homem como ser da natureza ou de individualidade distinta. Essas teses exigiam novas teorias pelas quais, através de influências recíprocas, a filosofia e a ciência reforçaram as suas estruturas. Homens tais como Johann Gottfried Herder (1744-1803), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Friedrich Schiller (1759-1805), Hegel, Schelling, Johann Christian Oerstedt (1777-1851), Karl Gustav Carus (1789-1869) e Karl Ernst Baer (1792-1876) interessavam-se nessas pesquisas que se orientaram por várias escolas das quais as que mais se distinguiram foram as holista, vitalista, mecanicista e organicista.

O problema fundamental cuja solução metafísica essas doutrinas buscavam era o da determinação da relação mútua da natureza viva com a não-viva. O holismo considerava o universo sintetizado por totalidades organizadas em fatos físicos, orgânicos e psíquicos, cada unidade sendo governada por leis de causalidade que lhe eram finais. Nessas totalidades havia profunda força de organização que caracterizava uma mesma interação e colaboração mútua, tanto no organismo como no sistema físico-químico embora houvesse distinção essencial entre eles. Daí dizer Schelling que um mesmo princípio regia a natureza, tanto a anorgânica como a orgânica.

O vitalismo, ao contrário do holismo, excluía a perspectiva de explicação dos processos vivos em termos de processos físico-químicos conhecidos. Os vitalistas postulavam forças vitais especiais para explicarem os fenômenos associados com a vida. O domínio físico-químico estava submetido a um princípio irredutível que explicava a razão dos fenômenos menos vitais ou não vitais.

O mecanicismo admitia que determinado conjunto de fenômenos ou mesmo toda a natureza, se reduzia a um sistema de determinações mecânicas. Afirmava-se essa doutrina sobretudo por conceber o movimento como determinado por lei causal rigorosa e negar qualquer tipo de finalismo ou de qualidade oculta para a determinação dos fenômenos naturais. Tudo se constituía de matéria e movimento, este não inerente à matéria mas condicionado por pressão exterior que, no conceito de Hobbes, incluía-se como manifestação materialista metafísica.

Finalmente, o organicismo admitia que a vida resultava da composição e coordenação das funções particulares dos órgãos que compunham o ser vivo. Esta doutrina teve grande importância não apenas pelo relacionamento orgânico dos minerais com os vegetais e animais como porque, pelo assemelhamento da sociedade ao organismo vivo, tornava-se viável a aplicação aos fatos sociais das leis e teorias biológicas. A respeito do relacionamento orgânico-anorgânico, dizia von Baer que assim como, à sua época, a explicação dos fenômenos sumamente complicados da vida orgânica tendia a ser assemelhada à dos fenômenos físico-químicos, muito mais simples e de maneira inversa, os fenômenos físico-químicos seriam comparados no futuro aos correspondentes fenômenos dos organismos vivos, com a finalidade de chegar, por esse método recíproco, à compreensão deles. A respeito do relacionamento organismo biológico-organismo social, o positivismo de Augusto

Comte (1798-1837) estatua, à semelhança do dogmatismo kantiano, que a verdade residia no interior da ciência. Não existia a metafísica ontológica mas apenas a metafísica como necessidade subjetiva do espírito. Da lei dos três estados da formação e ação do pensamento humano — teológico, metafísico e positivo — apenas neste último se realizava a concordância das leis científicas com os fatos. Daí as ciências positivas, entre as quais se inseria a ciência da sociedade ou sociologia. Nesta se revelava a analogia entre as ciências naturais e da sociedade. À estática e à dinâmica física e biológica correspondiam a estática e a dinâmica social. Por extensão, entendia-se que as estruturas sociais seriam entidades análogas às estruturas biológicas. Neste cientismo de Comte, a busca da realidade gnoseológica perdia sua ênfase para a realidade da natureza.

Verifica-se, desta apresentação, que na grande teoria do conhecimento, peculiar à filosofia moderna, o ponto focal das indagações versava sobre a origem e a organização do universo; daí descia para concentrar-se no estudo da natureza terrena onde se destacavam os temas da estruturação físico-química, da organização vegetal e animal e, finalmente, do homem.

Foi nesta tricotomia que a filosofia geral se encontrou com a filosofia geográfica cujos principais cultores foram Alexander Humboldt e Karl Ritter. É característico que esses dois criadores da geografia moderna cultivaram a filosofia geral e que apesar de certas diferenças de concepção elas não se revelaram tão acentuadas. Ambos possuíam profunda base filosófica que lhes possibilitaram manter nas respectivas obras geográficas os predicados de grandeza, qualidade e coerência. Colocados em posição superior de cultura puderam situar a ciência geográfica no quadro mais amplo das suas convicções filosóficas. Pela contemporaneidade de suas vidas, numa época amadurecida para absorver a síntese do conhecimento geográfico já acumulado, e pelo caráter complementar e ao mesmo tempo suplementar de suas obras, Humboldt e Ritter praticamente realizaram juntos a metodologia desta síntese, que iniciou a geografia moderna.

A interpretação do pensamento filosófico de Alexander Humboldt encontra a sua base e fonte de maior influência em Emanuel Kant, especialmente na Introdução à Crítica do Juízo onde este grande filósofo adotou a teoria das totalidades organizadas dentro das quais existiriam necessariamente causas finais que explicariam os fatos e fenômenos individuais e grupais que dentro delas ocorressem. As totalidades organizadas eram estreitamente inter-relacionadas e o seu somatório, a partir das menores, atingiria totalidades cada vez maiores até a totalidade máxima que constituiria o universo cognoscível regulado por leis empíricas particulares também cognoscíveis. A partir daí os universos maiores seriam regulados por leis universais incognoscíveis.

A filosofia de Humboldt também era esta, refletindo-se nas suas investigações científicas que, bem fundamentadas, racionais e empiricamente, e sistematicamente demonstradas, davam à obra do grande geógrafo qualidades peculiares de grandeza e coerência. Sob essa concepção cósmica do conhecimento, foi possível a Humboldt usar os instrumentos técnicos e a precisão dos números sem perder de vista a finalidade da obra geográfica e firmando na novel ciência da geografia as

bases do respectivo método, racional e empírico pois que tanto pertencia à construção matemática cartesiana e dogmática kantiana como utilizava a observação e a pesquisa de campo, muito bem comprovadas pela série de viagens geográficas que Humboldt realizara pelas Américas, de 1799 até 1804 (Venezuela, Brasil, Cuba, Colômbia, Equador, Peru, México e Estados Unidos), e pela Rússia, europa e asiática, a partir de 1829.

Através das principais obras de Humboldt pode ser notada a pequena mutação das suas convicções, considerando-se as diferentes épocas em que tais obras foram escritas. No ensaio filosófico "O Gênio de Rodes" (*Der Rhodische Genius*), escrito em 1796, portanto aos 27 anos de idade, o autor procurou apresentar as relações metafísicas existentes entre as realidades totais físicas e biológicas. A tese do livro podia ser conceituada como uma discussão das relações causais entre a natureza viva e a não-viva. Na "Geografia das Plantas" (*Essai sur la Géographie des Plantes, accompagné d'un tableau physique des régions équinoxiales*), publicado em 1805 em Paris, Humboldt desenvolveu os princípios que informaram o seu método de investigação coerentemente com as idéias filosóficas do "Gênio de Rodes". De 1804 a 1808, elaborou o "Aspectos da Natureza" (*Ansichten der Natur*), baseado nas suas experiências de viagem e com a mesma orientação científica e filosófica dos trabalhos anteriores. Finalmente no "Cosmos" (*Kosmos*), preparado de 1845 a 1859, ano de sua morte, assinalou o seu sempre perseguido objetivo supremo: o entendimento dos fenômenos do universo. Em especial, nesta última obra procurou Humboldt a compreensão de todos esses fenômenos como uma só unidade, como uma totalidade, por intermédio da consideração cognoscitiva dos fenômenos da natureza comprovados empiricamente. Assim constituiu uma geografia universal nova, inteiramente situada numa filosofia cósmica.

No que diz respeito à posição de Humboldt quanto às relações metafísicas entre as realidades totais, físicas e biológicas, em "O Gênio de Rodes" assinalou o geógrafo que a matéria inorgânica não sofreria qualquer perturbação enquanto existisse afinidade química entre suas substâncias componentes e nenhuma terceira substância se unisse às anteriores; quanto ao comportamento das substâncias dentro dos corpos vegetal e animal, aconteceria justamente o contrário visto que neles dominava sempre a força vital, reunindo continuamente substâncias que na natureza não-viva se repeliam e separando aquelas que, ao contrário, se buscavam perpetuamente. À opinião de que a expressão "força vital" enunciada por Humboldt significasse apoio à teoria vitalista, julgaram os melhores exegetas de sua obra que essa afirmação não constituiria prova suficiente para colocá-lo como adepto de tal teoria. Igualmente Humboldt jamais demonstrou aceitar a teoria mecanicista pois que atribuía exclusivamente à interação e à colaboração mútua de forças materiais, conhecidas desde longo tempo, a coesão predominante entre os corpos anorgânicos.

Já enunciada acima, a adesão de Humboldt à teoria das totalidades organizadas era justificada pela profunda força de organização que afirmava ser a razão da coesão entre elas. Esta profunda força era definida como a interação e a colaboração mútua existentes nos organismos, ao contrário da sua não existência nos

sistemas físico-químicos. Era esta a doutrina holista, um sistema metafísico, como o vitalismo e o mecanicismo, cujas causas finais eram encontradas metafisicamente, mas cujas relações de força existentes intra e transtotalidades organizadas poderiam ser determinadas empiricamente, pela experiência e a observação, e matematicamente pelo empirismo lógico. Daí dizer Humboldt que acreditava numa física do mundo — a correlação e interação das forças e a influência da criação não-viva no mundo animal e vegetal.

A filosofia da natureza e as criações científicas de Alexander Humboldt foram sempre vinculadas ao holismo, pois que as totalidades organizadas podiam ser encontradas nos vários ramos das ciências naturais, fosse a Botânica, à qual dedicou toda a vida, a Geologia, a Meteorologia, a Fisiografia e a História Natural. Assim os princípios científicos do método holista aplicados por Humboldt, foram o da *analogia* da estrutura das coisas ou seres organizados em cada ramo das ciências, a *conexão* entre as características estruturais dos fatos científicos de cada ramo e, por via de consequência, as relações de *causalidade* e de efeitos que produziam uma determinada paisagem. Dentro desses princípios considerava que a catalogação dos seres organizados pela pesquisa quantitativa apresentava concatenada classificação pela analogia de estrutura, mas necessitava ainda de abordar a distribuição desses seres por grupos, em todo o planeta, conforme as diferentes relações de latitude, de elevação acima do nível do mar e das influências climáticas oriundas de causas gerais, até mesmo muito remotas. Acrescentava Humboldt que, na história física do globo, a inumerável quantidade de corpos organizados era mais estudada em razão das zonas de habitação, das estações e das diferenças de direção das linhas isotérmicas do que com referência ao princípio de gradação no desenvolvimento do organismo interno. Sob esse aspecto evolucionista lembrava o exemplo de que "a forma pequena e esbelta da lagartixa se estende no Sul ao corpo colossal e encouraçado dos terríveis crocodilos. Nos gatos gigantes da África e da América, no tigre, no leão e no jaguar repete-se, em muito maior tamanho, a forma de um dos nossos menores animais domésticos". Reconhecia ainda que "tanto nas florestas do Amazonas como nas altas cordilheiras dos Andes, assim também entre os pólos do globo existia uma única vida comum nas rochas, nas plantas, nos animais e mesmo nos homens". Era o conhecimento filosófico da natureza.

O holismo de Humboldt também se manifestou plenamente na "Geografia das Plantas", trabalho fundamentado nos estudos anteriores de Goethe, Albrecht von Haller (1708-1777) e Robert Brown (1773-1858). A influência de Goethe se exercera, de par com a profunda amizade que o ligava a Humboldt, pelas teses que escrevera em 1790, denominada "Ensaio para explicar a metamorfose das Plantas" (*Versuch, die Metamorphose der Pflanzen zu erklären*) e em 1794, "Primeiro ensaio de uma introdução geral à anatomia comparada, partindo da osteologia" (*Erster Versuch einer allgemeinen Einleitung in die vergleichende Anatomie ausgehend von der Osteologie*), a primeira estabelecendo os princípios da morfologia das metamorfoses das folhas vegetais e a segunda interpretando os conceitos fundamentais de toda a sua morfologia, que eram o *tipo*, a *analogia*, a *compensação* e a *metamórfo-*

se. Haller e Brown influenciaram Humboldt pelas teorias das causas finais que deram enorme impulso ao estudo da fisiologia e dos seus fenômenos.

Na geografia vegetal, Humboldt adotou os conceitos da morfologia goetiana e da fisiologia de Haller, isto é, os da energia específica com os seus atributos de potência e de energia. Deste modo, enquanto Goethe criava um tipo anatômico dos animais ao qual chamava de *tipo dinâmico* devido a ser uma imagem geral que compreendia em si, potencialmente, as formas de todos os animais e nas quais cada animal se desenvolvia de maneira distinta (o que atualmente se chama de modelo), Humboldt visualizava uma *planta originária* pela qual poder-se-ia idealizar uma infinidade de plantas novas que teriam certa verdade e necessidade internas. Nessas duas concepções estabeleciam-se os planos construtivos das formas animais e vegetais, aptas a se harmonizarem com correspondentes planos fisiológicos. Todavia a teoria da geografia vegetal de Humboldt era mais ampla, pois que o seu objetivo não visava a estudar animais ou plantas individuais, mas grupos, sociedades, ou comunidades de plantas, que também possuíam tipos dinâmicos formando uma só unidade morfológica e fisiológica, como verdadeiros holismos, e que formavam juntas o sistema harmônico e hierárquico das comunidades vegetais. Dessas concepções descobriu Humboldt a lei fundamental das relações mútuas entre clima e vegetação e das relações entre as extensões verticais e horizontais da vegetação terrestre; "climas médios equivalentes produzem fisionomicamente formas análogas de vegetação; a altura ascendente das cordilheiras assim como a progressiva aproximação aos pólos terrestres produzem uma diminuição paulatina do tamanho do tronco das árvores e do talo das demais plantas".

Os tipos anatômicos dos animais e dos vegetais pressupuseram respectivamente os modelos fisiológicos do tipo dinâmico dos animais e da planta original dos vegetais. A partir desses tipos, dotados da energia específica geradora das funções, animais ou vegetais, apareceram as demais propriedades da analogia, da metamorfose e da compensação. A primeira (*analogia*) revelou-se nos tipos anatômicos como homologias morfológicas, isto é, a analogia das formas e a função ou funções diferentes para formas iguais ou quase iguais; na energia específica, própria da fisiologia, ocorreram analogias funcionais para formas diferentes. A diferenciação, que se caracterizava pela evolução cada vez maior, acabaria por provocar a *metamorfose* — transformação de um ser em outro pela mudança de forma ou de estrutura. A *compensação* que, segundo Goethe e Humboldt, ocorria dentro de órgãos do mesmo tipo anatômico, traduzir-se-ia inteiramente conforme as citações daqueles dois autores: "Nenhum órgão especial é capaz de complicar-se e aperfeiçoar-se sem que o organismo a que pertença simplifique a estrutura de outros órgãos. Considerando a totalidade de órgãos que integram um ser vivo, a diversidade morfológica que venha a existir entre os mesmos deve-se a que este ou aquele predomina sobre os demais" (Goethe). "Nas formações vegetais manifesta-se de tal maneira a unidade da Natureza que suas formas particulares se excluem e compensam segundo leis invariáveis ainda desconhecidas" (Humboldt).

Das considerações agora terminadas sobre a influência da cultura filosófica própria e de seus contemporâneos relativamente à obra científico-geográfica de

Humboldt é fácil a verificação de que a investigação filosófica e científica da natureza levada a cabo pelo grande naturalista pode incluir-se como insigne marco do saber humano.

Dez anos mais jovem, Karl Ritter viveu a mesma época de Humboldt e freqüentou os mesmos círculos filosóficos e científicos. Não obstante, além dos inúmeros pontos de contatos originados pela profunda influência do romantismo, os dois geógrafos experimentaram diferenças de concepções e de orientação, especulativas e científicas. Entre as primeiras, Ritter diferiu essencialmente de Humboldt nos seguintes tópicos: a fé religiosa e o conhecimento da teologia; por via de conseqüência, a colocação antropocêntrica da natureza, já que concebia a Terra como a simples morada do homem na sua passagem terrena; o organicismo, conceito pelo qual o planeta terráqueo se comportava como um organismo vivo cujas conexões não se faziam por obediência a leis mecânicas mas por funções reciprocamente vinculadas e condicionadas a uma finalidade celestial; as regiões geográficas, individualizadas como sistemas funcionais articulados cujos objetivos concorriam para que os objetivos do grande sistema da natureza fossem atingidos.

Os marcos do pensamento ritteriano comparativamente com os da doutrina de Humboldt mostravam que nesta última: o conceito naturalista do incognoscível antepunha-se ao conhecimento teológico, a partir do momento em que as indagações sobre a natureza transcendiam o conhecimento humano; não se manifestava a influência de convicções religiosas, pois mais se preocupava com o estudo sistemático da espécie humana, particularmente as características diferenciais existentes entre as raças, do que com a natureza divina do Homem; na explicação da natureza, apoiava-se na busca das causas finais de cada totalidade organizada, segundo o critério da harmonia da natureza, preconizado pela doutrina holista, ao contrário do organicismo, que procurava o conhecimento global da natureza através da conjugação das suas partes componentes.

As convicções religiosas de Ritter não se originaram de seus estudos especulativos pois que herdadas do ambiente familiar, mas foram solidamente reforçadas no contato do jovem cientista com filósofos espiritualistas dos institutos que freqüentou em Schnepfenthal, Göttingen e em Sforten, na Suíça. A aplicação do fator religioso na explicação científica começou com o argumento ritteriano de que a origem bíblica do mundo constituía o modo absoluto e incondicional da criação, tanto do mundo físico como do moral; a partir daí a História se iniciava de sucessão em sucessão como condição do real, ponto de partida de toda a ciência. Eram esses os fundamentos da filosofia da História e da natureza, presente em toda a obra de Ritter, com sabor determinista.

Para Ritter, a Terra, como teatro da divina revelação, e o Universo, como visão teológica, constituíam-se em exigências filosóficas para o entendimento daquilo que a ciência não podia explicar, a saber, a Terra como objeto único no Universo e como morada da única criatura, e as formas peculiares de cada continente, que

acarretavam condições próprias para que cada qual desempenhasse seu papel na história do mundo. Assim, dessas peculiaridades surgiram as doutrinas da regionalidade e histórico-humanista que tanto deram forma e conteúdo à geografia de Ritter.

A tricotomia Terra-Homem-História definiu a filosofia geográfica do sábio alemão. O primeiro elemento representou as paisagens, isto é, os ambientes físicos, de base telúrica; o segundo, elemento central da tricotomia, correlacionou o homem à terra; o terceiro sublimou o homem social, com as suas instituições e como povo, na sucessão dos atos e dos fatos. A centralidade do homem na tricotomia deu à geografia ritteriana caráter eminentemente antropocêntrico. Dizia o geógrafo alemão que "a Terra e seus habitantes mantinham-se na mais estreita reciprocidade e não podiam apresentar-se um sem o outro em todos aspectos"; assim, pois, a Geografia e a História andavam sempre inseparáveis. "A Terra influenciava os habitantes e estes últimos, a Terra."

Tal raciocínio era coerente com a doutrina organicista e aplicava-se ao princípio da regionalidade. A base do pensamento de Ritter nascia da observação do reino vegetal, particularmente da planta como organismo, cujo órgão principal era a raiz, que determinava a essência do vegetal, sua vida e sua morte, e que hauria a sua seiva do solo em que se encontrava.

Assim também os países (regiões, *Länder*) e as paisagens (*Landschaften*) eram uma espécie indestrutível presa ao solo por suas raízes e absorvendo a influência conjugada dos componentes ambientais: o clima, a vegetação, as águas e a morfologia. Para Ritter eram organismos (*organismen*) iguais às plantas da natureza, que só se desenvolviam no lugar do seu ambiente.

Deste modo, a síntese da filosofia geográfica de Ritter, derivada dos princípios e doutrinas acima expostos, objetivava-se inicialmente pelo estudo da superfície terrestre, objeto da observação geográfica; em seguida, das ações do solo sobre o homem e deste sobre o solo; finalmente, pelo exame comparativo das características naturais com a história dos atos e fatos ocorridos com os diversos povos que habitavam as regiões, para a verificação do valor histórico-humano das condições ambientais.

A atuação científica ritteriana foi sempre pautada por um extremado rigor metodológico, bem definidos os princípios e as normas especulativas. O método de investigação do mestre de Göttingen e Sferfen seguiu as regras do empirismo lógico de David Hume pois que dizia respeito à construção racional das tentativas de interpretação. Para Ritter, o empirismo puro baconiano, contrariamente ao de Hume, era destrutível pois que trazia em si a necessidade de experimentações sucessivas para a determinação de realidades limitadas. Substituiu-o então pelo empirismo lógico aplicando o pensamento natural organicamente dependente das observações e das ciências.

O verdadeiro método de investigação geográfica foi, para Ritter, aquele que seguia os passos da natureza, acompanhando os processos de desenvolvimento da matéria, a partir de suas causas, do elemento até a totalidade perfeitamente delimitada. A continuidade deste itinerário era assegurada permanentemente pela investigação das conexões causais. A primeira fase do método consistia num empirismo inferior limitado à reunião do material pela observação, à primeira interpretação das conexões causais — conotações das causas e efeitos — e à ordenação e compilação da experiência alheia, sob forma de compêndio; na segunda fase empregava-se um empirismo superior, isto é, um empirismo construído racionalmente, pelo qual se processava a revisão das conexões causais, o respectivo reordenamento, pela observação, por analogia ou por contraste, procurando reinterpretar e compreender melhor as observações realizadas em tempos passados por estudiosos das ciências da natureza, e finalmente a recompilação dos dados. A terceira fase consistia na compreensão e determinação do caráter peculiar de cada área através da interpretação dos dados acumulados das relações de causa e efeito e das inter-relações de todos os fenômenos manifestados nas áreas. Determinado para cada área o respectivo valor significativo — dado pela detecção dos valores universais contidos nos atos e fatos individuais — podia ser percebida a fisionomia geral da totalidade da área, fruto da observação interior, do exame minucioso e da crítica. O espaço ficava conhecido no momento presente mas, conhecidas também as transformações do espaço ocorridas no passado, possível se tornava inferir as possibilidades futuras do espaço. Surgia aí uma conotação determinista no pensamento ritteriano.

O seguidor mais preeminente da obra de Ritter foi Frederich Ratzel (1844-1904), sábio alemão de extraordinário talento e versatilidade.

Ritter foi precursor da geografia humana particularmente pela obra "Estudo da Terra em suas relações com a Natureza e a História do Homem", na qual caracterizou com vigor a fisionomia do globo terrestre e a influência da sua configuração exterior tanto nos fenômenos físicos que têm lugar em sua superfície como nas migrações dos povos, suas leis, costumes e nos principais fenômenos históricos dos quais é teatro. Estabeleceu deste modo íntima relação entre o quadro geográfico e a história do homem.

Ratzel foi o sistematizador que procurou demonstrar a unidade dos fenômenos terrestres, isto é, a coordenação e a interdependência dos fenômenos ocorrentes na terra, inclusive os humanos. Dotado de ampla cultura, foi a personalidade talhada para o papel histórico que desempenhou. No campo das ciências naturais sobressaiu-se na paleontologia, na zoologia e na geologia; na geografia imortalizou-se como fundador da antropogeografia e da geografia política. Também jornalista, foi muitas vezes criticado como cientista devido ao estilo de grandes linhas e longos esboços, que lhe permitia tratar sobre variados temas nas ciências naturais e na geografia física e humana. À semelhança de Humboldt, foi geógrafo de campo, viajando com frequência e pondo-se em contato direto com a natureza. Podia, conseqüentemente, distinguir os fatos humanos sobre a terra não como filósofo ou historiador mas como etnógrafo e geógrafo.

As fontes de estudo não são pródigas em assinalar na obra de Ratzel maiores incursões do autor na área da filosofia geral. Entretanto sua posição filosófica era materialista, adepto do evolucionismo transformista de Darwin e organicista, afastado assim da filosofia espiritualista do seu antecessor Ritter. Perfilhava o determinismo cujas idéias existiam aleatoriamente desde a antiguidade mas que só na época moderna atingira foros de doutrina dado o desenvolvimento do caráter metafísico e mecanicista nas interpretações filosóficas e científicas da natureza.

Esta última era conceituada pelos estudiosos dos séculos XVIII e XIX como algo de pequena mutabilidade pois que os inúmeros componentes da natureza ou eram harmoniosamente articulados entre eles por grupos de totalidades causais (a doutrina da harmonia da natureza) ou como partes constitutivas de um sistema (o sistema da natureza). O método da pesquisa era metafísico, tratado pela matemática, inclusive a astronômica, e empírico, através da congeminação do materialismo com a lógica. Havia o pressuposto de que a natureza obedecia a relações constantes e os acontecimentos se sucediam de forma determinada. O próprio estudo das relações entre a terra e os seus habitantes seguia as mesmas premissas sendo que o princípio das relações recíprocas da história e da geografia apresentava para os autores espiritualistas mais um fator determinista na visão teleológica da experiência terrena a serviço dos desígnios divinos.

A profundidade dos conhecimentos de Ratzel materializava-se pela produção intensiva e extensiva em aulas e artigos mas os aspectos fundamentais da sua obra se inseriram nos volumes da Antropogeografia (*Anthropogeographie*), o Manual de Geografia (*Geographischer Handbûcher*), o Estudo dos povos (*Völkerkunde*) e a Geografia Política (*Politische Geographie*).

Essas obras foram fiéis ao determinismo geográfico, variante geográfica do determinismo filosófico.

Na Antropogeografia, o autor partia do princípio de que os elementos humanos constituíam-se como realidades que cobriam parcelas da superfície terrestre, tão dignas da observação do geógrafo como o revestimento vegetal ou o povoamento animal, desenvolvendo-se em grupos ou sociedades, sempre dentro dos limites de certos marcos naturais, ocupando sempre uma posição precisa no globo, necessitando sempre de um certo espaço para nutrir-se. "O homem e os grupos humanos eram profundamente ligados ao solo como produtos do meio, vencendo na proporção de sua adaptação a esse meio." O produto final da evolução do homem caracterizava a seleção natural dos tipos segundo a capacidade de ajustarem-se ao meio físico. Com esta conclusão, o transformismo de Darwin e de Ratzel criava uma abertura para teorias de superioridade etnográfica e por via de consequência de superioridade étnica, que haveriam de vicejar pela ação de seus propugnadores.

Os elementos da geografia humana observados segundo o ângulo do determinismo geográfico resultavam de fatores naturais ou, melhor, físicos, já que era muito limitada a ação do homem sobre a natureza. Porém, contrariamente ao conceito determinista ratzeliano, Vidal de la Blache (1843-1918), na França, e

Alfred Hettner (1859-1941), na Alemanha, sustentavam que os fatores físicos não exerciam tal influência determinativa e que a influência de tais fatores apenas poderia atingir a categoria do possível ou seja até um limite de possibilidade. A decisão maior sobre a natureza caberia ao homem, ao seu estágio de desenvolvimento, ao poder de sua vontade e do seu espírito. Ainda mais, a ação do homem não se manifestava isoladamente e sim resultava do trabalho coletivo do agrupamento a que o homem pertencia, de maior ou menor envergadura. Cada grupo possuía possibilidades específicas de modo que o possibilismo da influência mútua do homem e da natureza não obedecia a padrões de distribuição uniformes. Tal era o fundamento da escola francesa do possibilismo que iria permitir a evolução normal da ciência geográfica de vez que o dogmatismo dos princípios geográficos de Ratzel iria gerar um novo itinerário geográfico-político que se tornaria conhecido sob o nome de geopolítica.

Ratzel foi, assim, o fundador da doutrina geopolítica pelos princípios que estabeleceu na obra "Geografia Política", referentes às leis da vida e do crescimento dos Estados. De fato, na antropogeografia, de nomenclatura mais tarde rebatizada por Jean Brunhes (1869-1930) para geografia humana, o sábio alemão ampliou o campo dos assuntos geográficos estendendo-o do estudo do homem e dos grupos humanos para o estudo dos povos e das raças. A partir daí ingressou na geografia política tomando por base a instituição estado-nação, formulando uma teoria geográfico-política do espaço (*Raum*), da posição (*Lage*) e do domínio (*Reich*) ultrapassando o estudo geográfico das instituições e dos seus mecanismos para considerar e estabelecer leis sobre os elementos de poder e de império, orientando-se para o que seria futuramente o campo da geopolítica.

Na obra de geografia política aplicou também a teoria organicista ao estado-nação considerando-o dependente do solo e definindo-o como um pedaço de humanidade e um pedaço de terra organizado. O estado-nação evoluía conforme qualquer outro organismo, em todas as fases de evolução causadas pela necessária relação com o solo, conforme demonstravam a história e a etnografia. Como organismo político-geográfico suas estruturas assemelhavam-se às estruturas biológicas e fisiológicas características da sua base territorial.

Os conceitos ratzelianos foram adotados com pequenas variações pelos geógrafos alemães que, inclusive, constituíam a chamada escola alemã. Interessante é que seu maior seguidor, sistematizador do pensamento ratzeliano num corpo de doutrina política a que chamou de geopolítica, não era alemão nem geógrafo mas sueco, cientista político e jurista, Rudolf Kjellen (1864-1922), professor de Teoria Geral do Estado na Universidade de Upsala.

Kjellen chegou à geografia através de suas pesquisas como politólogo pois que antes de conhecer a obra de Ratzel justificava filosoficamente o Estado, de início, como construção jurídica, isto é, como o próprio direito público, mais precisamente, como direito constitucional. Seguiu, sob esse aspecto, a orientação racionalista do positivismo jurídico pelo qual o Estado era uma super-ordem individual originada da expansão do homem como sujeito de direito. Deve ser ressaltado que o conceito de positivismo jurídico não implicava em positivismo filosófico posto que,

despojado da especificidade do positivismo comtista, permanecia como tese especulativa no campo muito mais restrito da filosofia do direito.

A teoria jurídica do Estado seguida por Kjellen representava a forma extrema do positivismo jurídico, o estatismo, pelo qual o Estado era considerado única e exclusivamente como constituição. Entretanto, este estudioso da ciência política iria ainda evoluir no campo filosófico, justapondo o social ao jurídico. Adotando o enfoque social do Estado segundo Georg Jellinek (1851-1911), pelo qual "as ciências do Estado e as do direito se encontram em íntima conexão e que existem disciplinas que precisam ocupar-se de ambas", o mestre de Upsala abandonou o teor positivista extremado que envolvia a sua doutrina do Estado aceitando a inclusão dos dados naturais e sociais que pudessem ser agregados à doutrina.

A meditação sobre a obra de Ratzel, na qual a idéia de "poder" se afirmava vigorosamente, ainda mais acentuou a evolução do pensamento de Kjellen. O poder manifestava-se como uma realidade complexa capaz de absorver, sem que seu conceito se modificasse, todas as disciplinas que podiam ocupar-se do Estado, entre elas especialmente a geografia política de Ratzel e a história, como ciência das leis que regem a evolução da vida estatal. Solidificara-se definitivamente a idéia política do sábio sueco que o tornaria amadurecido para concretizar a sua doutrina.

Seu entendimento de política era a de uma ciência onicompreensiva do Estado estruturalmente compreendida entre as ciências naturais biológicas, pois que o Estado se apresentava como fenômeno profundamente enraizado em realidades históricas e factícias, engendrado por um processo orgânico do mesmo tipo fundamental do homem e assim comportando-se como uma manifestação biológica própria do ser vivente. A ambição dos Estados era tornarem-se organicamente unidos ao solo e para isso procuravam escolher unidades geográficas homogêneas para se agregarem a elas e por meio de tal aliança, transformarem-se em unidades naturais.

Kjellen concebia os Estados como realidades objetivas submetidas a um processo histórico e, sob certos aspectos, à lei da vida. Os seus elementos jurídicos davam-lhes a característica de moralidade e as estruturas os impulsos orgânicos. No contato com outros Estados, também seres vivos supra-individuais, eram arrastados à luta pela sobrevivência, que era a luta pelo poder. Deste modo, se por um lado sudordinavam-se ao direito, do outro obedeciam à natureza. Em tudo porém se comportavam dentro do mais rigoroso organicismo biológico.

Os aspectos marcantes da orientação filosófica de Kjellen foram basicamente os mesmos dos geógrafos da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX — o determinismo, o evolucionismo e o organicismo. Entretanto o interesse principal do politólogo de Upsala não residia na geografia mas na ciência política, sendo a primeira apenas um dos componentes essenciais, por mais importante que fosse, na estruturação do seu pensamento político.

Por isso, cabe no presente trabalho apresentar a posição metodológica da geopolítica no quadro da ciência política de Kjellen.

Estabelecida a teoria, passou esse autor a desenvolver o seu sistema de Política, com base nos elementos de poder do Estado. Os Estados poderiam ser observados sucessivamente como *império, patrimônio, povo, sociedade e governo (Herrschaft)*, os cinco elementos de uma mesma entidade. A investigação centrar-se-ia no povo, ou população, identificado pelas características raciais e lingüísticas e pelo caráter nacional. Tais estudos seriam o objeto da *Demopolítica*. O povo porém se apresentaria estruturado em grupos de interesse, ou sociedade, e sua relação com o poder político daria lugar à Política Social, ou *Sociopolítica*. A harmonização dos interesses do grupo em prol do interesse comum implicaria na centralização, no ordenamento jurídico, enfim, no governo e na política em sentido estrito (*Herrschaft-politik*) cuja execução seria da *Cratopolítica*.

A observação do Estado como império (*Reich*) não prescindiria do seu principal fundamento, o território, muito mais que mero assento espacial do Estado pois condição "sine qua non" para a existência do *Reich*, sendo o objeto da *Geopolítica*. Estritamente dependente do território estaria o acervo de bens que asseguraria o sustento da coletividade, o patrimônio (*Haushalt*), matéria da política econômica, objeto da *Ecopolítica*.

A Política, repetia Kjellen, é a ciência do Estado, face às disciplinas vizinhas. Seu centro de gravidade está na Geopolítica e na Demopolítica, não se confundindo com a Geografia Política nem com a Etnografia: império e povo são categorias objetivas, o lado *natural* do Estado, em contraposição com a economia, a sociedade e o governo que podem ser considerados o seu lado *cultural*.

Particularizando a doutrina de Kjellen ao campo interno da geopolítica, é fácil verificar a influência de Frederich Ratzel na obra do pensador sueco, não apenas em virtude da semelhança de suas convicções filosóficas como também por ter podido aprofundar-se na totalidade da obra do mestre alemão e coordená-la com outros ramos da política e do direito, sede natural da sua curiosidade científica.

No dizer de Antonio Truyló y Serra, Rudolf Kjellen é na Geopolítica o ponto de ligação entre Ratzel e Haushofer, este último o continuador da geopolítica alemã, infelizmente desvirtuada pelas paixões de uma guerra feroz. Os principais estudos de Kjellen se traduziram para o alemão e deram novo impulso à escola alemã da geopolítica, da qual pode ser considerado co-fundador. Porém o receio da França quanto a essa escola fez com que a influência de Kjellen ficasse reduzida apenas ao âmbito cultural germânico, devido muito à utilização abusiva da geopolítica, a serviço da política exterior do nacional-socialismo. Esse ostracismo de um dos grandes pensadores da ciência política continuou mesmo depois de passada a tragédia da Segunda Guerra Mundial, de modo que a figura científica do politólogo Rudolf Kjellen até hoje não está colocada no plano que merece como sistematizador daquela ciência.

Muitos outros formadores da geografia moderna e da geopolítica deveriam ser estudados aqui sob a ótica das suas convicções filosóficas e dos reflexos que elas tiveram sobre as respectivas obras. O âmbito deste estudo ficaria excessivamente ampliado e as pesquisas necessárias tenderiam para o infundável. Entretanto os poucos nomes apresentados são paradigmas naturais de todos aqueles grandes

filósofos e cientistas da época moderna, principalmente alemães e franceses, que deram o brilho da inteligência e esforço àqueles três séculos profundamente pródigos nas lides especulativas.

A geografia e a geopolítica continuaram evoluindo e ingressaram nos tempos contemporâneos presas também à influência da filosofia geral marcada vigorosamente pelo deslocamento das indagações filosóficas e científicas. Novas e originais teorias foram elaboradas e adotadas de modo a caracterizarem a época contemporânea pelo aparecimento de novos padrões éticos e materiais que regulam hoje o comportamento do mundo.

A filosofia e a ciência depois de se deterem ao longo do tempo sobre o divino e o sobrenatural, sobre o cosmos e a natureza, sobre a terra e o homem, preocupam-se no século XX com o homem e a sociedade, num quadro de antropocentrismo diferente do de Ritter. Deixando o homem de sentir-se dominado pelo meio físico, antes considerando-se dominador, sua filosofia e sua ciência tendem agora para o pragmatismo, racional e empírico. Assim os conceitos contemporâneos da geografia e da geopolítica ampliaram pragmaticamente suas esferas de atuação dando lugar a uma nova geografia e geopolítica contemporâneas.

FONTES DE CONSULTA

- LALANDE, André. Dicionário de Filosofia, 1960
- SOARES, Orris. Dicionário de Filosofia, vols. I (A-D) e II (E-K), 1952, 1968
- FRANCA, Leonel. Noções de História da Filosofia. Agir, 16ª ed., 1960
- PADOVANI, Umberto e CASTAGNOLA, Luís. História da Filosofia. 8ª ed., Melhoramentos, 1970
- SANTOS, Mario Ferreira dos. Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais. 4 vols., Ed. Mafese, 1963
- KANT, Immanuel. Primeira Introdução à Crítica do Juízo. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho, *in* Crítica da Razão Pura e Outros Textos Filosóficos. Seleção de Marilena de Souza Chauí Berlinck, Ed. Victor Civita, 1974
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 2ª ed., FGV, 1972
- TATHAM, George. A Geografia no Século XIX, trad. de Celma Santos, *in* Boletim Geográfico
- WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e Geopolítica. Boletim Geográfico, 1943, pp. 613/617
- KISS, George. Political Geography into Geopolitics. Trad. Germano Jardim *in* Revista Brasileira de Geografia, vl. XXXII, out. 1942, nº 4
- BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e Geografia Política. Revista Brasileira de Geografia, jan./mar. 1942, pp. 21/31.
- CARVALHO, Delgado de. Evolução da Geografia Humana. Revista Brasileira de Geografia, abr./jun. 1941, pp. 422/431
- MEYER-ABICH, Adolf. A filosofia de Alexander de Humboldt, representante de Holismo de Schelling. Trad. de Miguel Alves de Lima. Boletim Geográfico 167, mar./abr. 1962, pp. 139/146
- OSTUNI, Josefina. Carlos Ritter, trad. de Leda Chaves Pereira Ribeiro. Boletim Geográfico 196, jan./fev. 1967, pp. 30/47
- VAN VALKENBURG, Samuel. Escola Germânica de Geografia. Trad. de Maria de Lourdes Modiano
- MIRANDA, Manuel Garcia de. Las Doctrinas de la Moderna Geographia: de Ratzel a Brunhes, curso General Pallafox, Universidade de Saragoça, 1965

- TRUYOL Y SERRA, Antonio. Kjellen: De la Teoría del Estado a la Geopolítica, Curso General Paliatof, Universidade de Saragoça, 1965
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia, 1976. Ed. Vozes
- CALMON, Pedro. Curso de Teoria Geral do Estado. 3ª ed., Freitas Bastos, 1949
- SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito, 2ª ed., FGV, 1975
- LIMA, Alceu Amoroso. Introdução ao Direito Moderno. Agir, 1961
- OLIVEIRA FILHO, Benjamin de. Introdução à Ciência do Direito. Jornal do Commercio, 1954
- MOTTA FILHO, Candido. O Conteúdo Político das Constituições. Borsoi, 1950